

Moção: É urgente reverter a realidade do mercado de arrendamento estudantil

Ao longo dos últimos anos o movimento estudantil nacional alertou para a realidade do mercado de arrendamento, nomeadamente no que à inflação de preços e falta de residências universitárias diz respeito. Atendendo a que cerca de 35% dos estudantes do Ensino Superior são deslocados, seria de esperar que existisse uma rede de residências universitárias que, na impossibilidade de cobrir as necessidades na sua globalidade, suprisse uma larga maioria das necessidades básicas de acomodação desse contingente de alunos. Como é sobejamente conhecido, tal não se verifica, existindo instituições de Ensino Superior que têm um rácio 1:1000 no que às camas das residências universitárias diz respeito. Verifica-se, aliás, uma crescente negligência e falta de investimento nas residências dos serviços de Ação Social e, apesar de existirem programas de apoio ao arrendamento e à habitação para jovens que já iniciaram a atividade profissional, estes deixam de fora estudantes deslocados.

A inflação dos valores encontra-se assente em vários fatores, de entre os quais podemos ressaltar a alocação de muitas habitações para o mercado temporário de arrendamento. Com este tipo de arrendamento, os responsáveis pelo mesmo, conseguem obter uma maior receita, geralmente com menos prejuízos. A entrada de muitas habitações para este mercado, inflaciona impreterivelmente o valor praticado no mercado de arrendamento a longo prazo uma vez que existe menos oferta e a procura não para de aumentar. Este fator deveria estar melhor legislado pelo Estado Português, através da introdução de mecanismos regulatórios.

Dados de Agosto de 2017 apontam para um acréscimo do arrendamento para universitários, já de si alto, em cerca de 10% face ao período homólogo do ano

passado. Os estudantes deslocados são atualmente obrigados a despende cerca de 63% do seu rendimento anual em arrendamento. Observando que o valor do mercado arrendatário aumenta abissalmente desde 2012, urge formular respostas em conjunto, visando que nenhum estudante deixe de frequentar o ensino superior por incapacidade de fazer face às crescentes barreiras económicas, incluindo o pesado ónus do arrendamento.

Nesse sentido, vem o movimento estudantil nacional exigir ao Governo Português que desenvolva, em parceria com a comunidade estudantil, as instituições do Ensino Superior e as autarquias, programas de apoio aos estudantes com vista a garantir a equidade no acesso a uma educação superior aos estudantes que têm de estar deslocados de casa e das suas famílias e que não possam suportar os avultados encargos com o alojamento. Assim, salientamos a necessidade do aumento do investimento, por via do Orçamento de Estado 2018, nas residências de ação social, por ser a melhor estratégia de futuro para o problema de habitação dos estudantes universitários deslocados. Essas verbas deverão privilegiar o melhoramento das infraestruturas existentes, a adaptação de edifícios para esse fim e a construção de novas residências, enquadrando Portugal na prática existente nos outros países europeus no que concerne a uma boa oferta de alojamento para alunos deslocados no território nacional. É, ainda, imperativo que a construção de residências seja objetivo de um plano nacional de médio prazo, colmatando a atual falta de oferta por parte das instituições do Ensino Superior.

Propõe-se ainda, como medida indispensável de apoio aos alunos descolados e às suas famílias, que sejam considerados como encargo passível de dedução, nos termos descritos no ponto 2 do art. 78.º E do Código de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, os valores sustidos por membros do agregado familiar aos quais se aplique a definição de estudante deslocado constante nos pontos 1 e 2 do

art. 18.º do Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior, relativamente a despesas suportadas a título de renda pelo arrendatário do prédio urbano ou de uma fração autónoma para fins de habitação na localidade onde frequenta o curso, com um limite específico para esta dedução.

Esta realidade foi diversas vezes, por diversos anos letivos, alvo de sucessivos alertas por parte dos estudantes, tendo sido fornecidas diversos mecanismos que revertessem a situação em que hoje nos encontramos. Caso estas medidas não sejam atendidas pelo Governo e a situação não se altere, compromete-se o movimento estudantil nacional a considerar todas as alternativas e mecanismos existentes que permitam reverter esta situação.

Braga, 9 e 10 de setembro de 2017

Proponente: Federação Académica de Lisboa;

Endereçado: MCTES, Grupos Parlamentares;

Conhecimento: CRUP, CCISP, APESP, SAS.